




Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536





DESAFIOS DOS MIGRANTES PARA A OCUPAÇÃO E VIVÊNCIAS NA AGROVILA LEONARDO D'VINCI, NA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA, NA DÉCADA DE 1970



**FOREST ON THE GROUND, FEET ON THE ROAD, HANDS IN
THE HOE: THE DAILY LIFE OF AGROVILLAGE LEONARDO
D'VINCI IN THE TRANSAMAZONIAN, IN THE 1970S**

Pedro Sérgio Santos da Costa  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Altamira, PA, Brasil

César Martins de Souza  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

José Antônio Herrera  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Altamira, PA, Brasil

RESUMO

No projeto de construção da rodovia Transamazônica, 1970, estava prevista a implementação de núcleos populacionais para receber os migrantes e servir de base para o desenvolvimento da agricultura familiar, como a Agrovila Leonardo D’Vinci, próxima a Altamira. A partir de pesquisa de campo, observando o cotidiano e dialogando com moradores que chegaram na década de 1970, se evidencia os desafios e dificuldades que enfrentaram, o que acabou por expulsar diversas famílias, enquanto os que permaneceram precisaram reinventar suas práticas, ao mesmo tempo em que a própria agrovila era reinventada de sua proposta original. Assim, surgiram transformações nas paisagens e nas práticas sociais desde a chegada dos moradores, advindos de diversas regiões do país, que partiram para a Amazônia em busca de melhorias em suas condições de vida.

Palavras-chave: assentamentos rurais; migração; Transamazônica; Amazônia.

ABSTRACT

In the project for the construction of the Transamazonica highway, 1970, was planned the implementation of population centers to receive migrants and serve as a basis for the development of family farming, such as Agrovillage Leonardo D’Vinci, close to Altamira. From field research, observing daily life and dialoguing with residents who arrived in the 1970s, the challenges and difficulties they faced are evidenced, which ended up expelling much families, while those who remained needed to reinvent their practices, at the same time in which the agrovillage it was reinvented from its original proposal. Thus, transformations emerged in landscapes and social practices, since the arrival of residents from different regions of the country, who left for the Amazon in search of improvements in their living conditions.

Keywords: rural settlements; migration; Transamazonian; Amazon.

1 INTRODUÇÃO

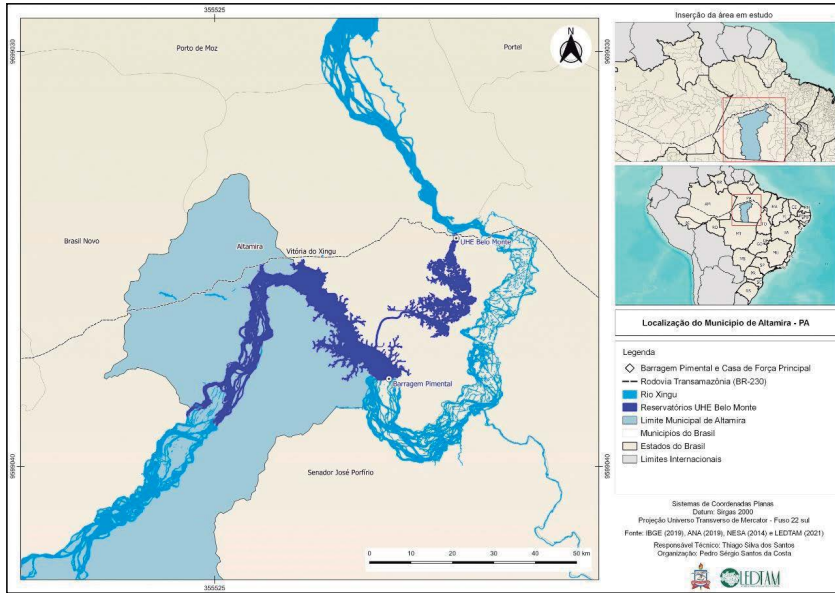
A Amazônia de longa data tem sido foco geográfico do capitalismo, pois, como afirma Herrera (2013), o capital é movimentado pelo que chama de “ditadura do dinheiro” de acordo com as oportunidades que aparecem, onde quer que estejam. Contudo, sua presença é seguida de degradação e desorganização sociais profundas marcadas pelas mudanças nas relações de produção, no ambiente, na saúde, e em tudo que seja necessário mexer ou eliminar para imposição de sua lógica. Ditadura do dinheiro, capitalismo ou capital e qualquer de suas flexões e sinônimos são senão manifestações impulsionadas pelo pensamento desenvolvimentista em todos os seus âmbitos e nuances de ordem pessoal, coletiva, nacional ou mundial (Barbosa, 2013).

Em 1970 foi iniciada a construção da rodovia Transamazônica, durante o governo do general-presidente Emílio Garrastazu Médici, que pretendia atravessar o país, no sentido Leste-Oeste, e promover o deslocamento de populações do Nordeste afetadas por uma grande seca histórica naquele momento e do Sul do Brasil, despossuídos de terras para trabalhar. A Transamazônica se constituía em eixo principal do Plano Integrado de Colonização (PIC), que projetava a construção de uma estrada principal, entrecortada por estradas perpendiculares que permitiam acesso aos lotes de terra repassados aos agricultores familiares que migraram para a região (Rego, 2020).

Em seu estudo sobre a arquitetura de todo o projeto da Transamazônica, Rego (2020) afirma que a rodovia foi pensada como um caminho moderno para o progresso, apesar do descompasso teórico em sua arquitetura, entre a ideia e a proposta que não se enquadrava em um projeto “moderno”. O autor explica que o projeto foi pensado como um caminho para a modernização do país, abrindo novas vias de colonização e trazendo vilas e cidades planejadas, em uma estrutura de urbanismo-rural, já implementada no Sul do país. O urbanismo-rural seria a construção de uma infraestrutura de serviços urbanos em vilas, denominadas agrovilas (as menores, com uma infraestrutura básica de saúde e educação), agrópolis (ampliando os serviços com banco e correios) e rurópolis (como pequenas cidades, com serviços, hospitais e comércio) para viabilizar a instalação de famílias migrantes, integradas aos lotes dos agricultores.

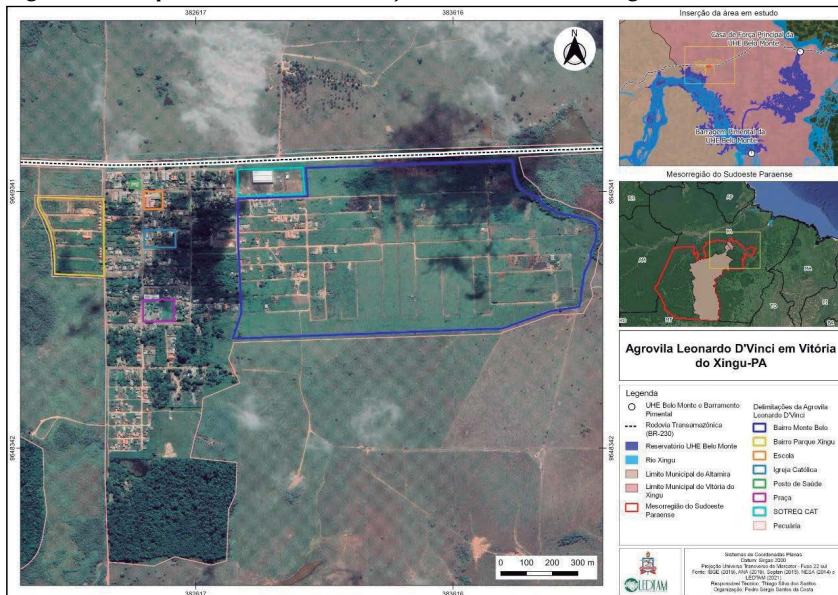
O urbanismo-rural foi o modelo utilizado no planejamento e construção da Agrovila Leonardo D’Vinci (doravante ALDV), localizada a 18 km de distância de Altamira–PA (Figura 1), a cidade que se constituiu em um dos principais eixos da Transamazônica e 27 km do município de Vitória do Xingu ao qual se encontra atualmente vinculada (Figura 2).

Figura 1 – Mapa de Localização de Altamira



A ALDV foi construída para viabilizar a chegada e instalação de migrantes, em sua maioria nordestinos que teriam de enfrentar, o que Maia, Castro e Guerra (2021) consideram ser o desafio de fugir da seca para se estabelecer em uma região desconhecida: a Amazônia.

Figura 2 – Mapa da ALDV e localização em Vitória do Xingu



No presente texto, busca-se compreender a chegada dos migrantes na ALDV na década de 1970 e os desafios e dificuldades enfrentados naquele momento pelos moradores em busca de se estabelecer na região amazônica, ao ouvirmos o século XXI suas memórias sobre os eventos vivenciados na década de 1970, quando de sua chegada à Amazônia.

Assim, realizamos observação em diversas visitas a campo, entre os anos de 2013 e 2018, bem como entrevistas com 23 pessoas, além de diversos diálogos informais, com moradores que migraram do Nordeste e Sul do país para a Amazônia e se estabeleceram na agrovila. Ainda que neste artigo não apareçam as falas de todos os interlocutores, suas concepções são fundamentais para compreender a complexidade do processo construção de um cotidiano na agrovila, construída pela ditadura civil-militar brasileira, na década de 1970, pois este artigo se insere em um projeto maior intitulado “Amazônia e Patagônia: história, memória e literatura em grandes projetos de integração e desenvolvimento” que se dedicou a compreender os impactos socioambientais provocados por grandes projeto na Amazônia, com apoio da PROPESP–UFPA.

2 VISITANDO A ALDV

Para realizar o presente artigo partiu-se de uma pesquisa de campo, realizando observação *in loco* e entrevistas, em diversas visitas a localidade, dialogando com moradores antigos que vivenciaram as transformações decorrentes do período de construção da rodovia. Para Barth (2000), a pesquisa de campo exige que a teoria e os conceitos sejam problematizados na práxis social, na análise da vida tal como ela ocorre nas vivências cotidianas dos sujeitos “[...] devemos tentar olhar para nosso objeto de estudo sem que nossa visão seja excessivamente determinada pelas convenções antropológicas herdadas” (Barth, 2000, p. 108).

Os recursos de narrativas e às memórias de moradores da agrovila como fonte principal, se dão em função de permitir adentrar no universo de quem vivenciou na prática o processo de construção da rodovia e a implementação dos núcleos de colonização, para compreender a visão de quem não aparece em fontes como imprensa, relatórios e projetos oficiais sobre a Transamazônica.

Estas pessoas foram excluídas das narrativas nacionais, que ignoraram as saudades de quem ficou e a esperança de uma vida nova e melhor, de migrantes que buscavam e ambicionavam, muitas vezes se frustravam

e retornavam, enquanto outros prosseguiram como que impulsionados por uma “força desconhecida” como afirma Ianni (2004, p. 3). Nas visões desenvolvimentistas sobre os grandes projetos, como a Transamazônica, em geral são colocados em destaque, presidentes, ministros, governadores, empresas e outros sujeitos, mas ignora-se ou coloca-se em subalternidade as pessoas que partiram em busca de trabalho, renda e um lugar para viver junto com suas famílias.

Ao usarmos o termo “Grandes Projetos” o que se tem em mente são os Grandes Projetos da Amazônia, tais como Usinas Hidrelétricas, Estradas e Linhas de Transmissão. Reis e Nascimento (2018) sustentam que Grandes Projetos da Amazônia são aqueles empreendidos com grande impacto ambiental, social, econômico e político e que “historicamente têm sido implantados na região visando à exploração das riquezas minerais e à produção de energia para atender às demandas dos grandes centros industriais do Sul e Sudeste do país e do exterior” (Reis; Nascimento, 2018, p. 320-321).

Tais projetos, normalmente, são pensados de fora e para fora da região. Essas grandes obras na região amazônica, ignoram as especificidades e necessidades das comunidades e do meio ambiente atingidos e resultam invariavelmente em rompimento das raízes e heranças culturais desses grupos. É um modelo de empreendimento que, mesmo em meio a protestos e resistência de décadas, continuam sendo aplicados, causando transformações problemáticas nos âmbitos sociais, econômicos e culturais, dentre outros.

Grandes projetos como as Rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá e as hidrelétricas de Balbina, no Amazonas e Tucuruí, no Pará, funcionavam como eixo para possibilitar os deslocamentos populacionais e, ao mesmo tempo, serviam de infraestrutura para implantação de indústrias na Zona Franca de Manaus e a exploração de recursos minerais no Pará, além de se constituírem na base de uma cartografia do desenvolvimento que tinha na Amazônia seu epicentro.

O desenvolvimento da pesquisa reunindo memórias de migrantes, nas entrevistas e documentos, se dá a partir do método indiciário de Carlo Ginzburg (1987), que enxerga os pesquisadores como os detetives no sentido de reunir diversas fontes, como indícios importantes para a compreensão da realidade social. Além disso, esse método também interpretativo é “centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, *baixos*, fornecem a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano” (Ginzburg, 1987, p. 150).

A pesquisa é vista, nesta perspectiva, muito além da coleta, manipulação e análise das narrativas, reportagens, imagens ou dados bibliográficos, pois os gestos, os olhares, as feições, tom de voz, o não dito, a frase destacada, a sensibilidade em determinados assuntos conscientes/controlados e/ou não, dentre outros indícios podem revelar mais do que atitudes formais e são parte de um processo importante que não conseguimos encontrar assim nas fontes escritas.

Em nossas visitas à ALDV, buscamos estabelecer diálogos com os moradores e interagir com eles nos lanches, em caminhadas e em alguns momentos participando de suas atividades cotidianas. Essa abordagem permite que se chegue mais perto da perspectiva dos sujeitos, um importante alvo nas pesquisas qualitativas, já que se pretende apreender as experiências de vida e a visão de mundo deles, compreendendo os significados que atribuem às suas próprias trajetórias, respeitando suas singularidades e visões de mundo, bem como o direito que possuem à privacidade, em suas memórias marcadas por fortes elementos subjetivos.

Além das gravações em áudio e suas transcrições e das anotações das impressões, outro ponto valorizado – por sua relevância no auxílio à clareza, percepção e entendimento do que está textualizado em palavras – foi o registro das observações em imagens por meio fotográfico, das paisagens naturais e urbanas, conforme indicações dos entrevistados, bem como coleta de imagens de satélite, via pesquisa no *Google Earth*, e ainda coleta de imagens de documentos e de outras imagens impressas tendo em vista, para compreender a relação entre imagens da cartografia e as narrativas.

Quanto aos sujeitos de pesquisa, como já foi mencionado neste texto, foram realizadas vinte e três entrevistas, porém a maior parte do conteúdo e, portanto, de tempo dedicado aos diálogos foram concentrados em doze pessoas, que vivem desde o surgimento da ALDV, bem como do papel de liderança que possuem na comunidade.

Halbwachs (1990), nessa perspectiva, ensina que para a confirmação ou recordação de qualquer lembrança longínqua, ou mais ou menos próxima, as testemunhas das circunstâncias e ocorrências, num sentido material e sensível, não são obrigatórias, mas uma possibilidade metodológica importante para a realização da pesquisa. A carência de um acervo documental ou de fontes escritas que pudessem ser utilizadas neste trabalho torna ainda mais relevante ouvir os moradores, pois eles próprios são fonte fundamental para se compreender a realidade social, de modo que partimos para pesquisa com os relatos orais.

Contudo, as memórias lidam com os imponderáveis, como problematiza Portelli (1996), pois as narrativas orais são fundamentais por permitir dialogar com as pessoas que vivenciaram experiências em outros momentos e que as rememoram, trazendo novos aspectos e interpretações, marcados por suas subjetividades:

A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis (Portelli, 1996, p. 8).

Por mais que as memórias tragam algumas dificuldades por serem manifestas no presente sobre o passado, de acordo com Barth (2000), permitem uma forma de gestão do passado no tempo presente, relevante para a compreensão da realidade social. Portelli (1996) entende que a pesquisa com relatos orais sobre tempos passados não deve ignorar que as falas são atravessadas intrinsecamente por subjetividades construídas no presente.

O primeiro contato com interlocutores da comunidade foi com o catarinense Genesino Catarino¹, o qual encontramos por meio das citações ao seu nome, realizadas em pesquisa de Lessio (2013) acerca da urbanística local. A partir de indicações desse morador, e das sucessivas indicações feitas pelos outros interlocutores, fomos avançando no conhecimento de outros migrantes que chegaram na década de 1970 na ALDV. Dialogamos, portanto, com entrevistados: 04 (quatro) profissionais de educação da vila, dentre eles o senhor Ailton Lima e Clara Santos, paraenses; 03 (três) profissionais de saúde, Maria da Boa Vontade, paraense; o presidente da Associação de Moradores João Silva, maranhense; o primeiro líder religioso da comunidade Bispo Dom Erwin Kräuttlter; 08 (oito) moradores residentes a mais de 30 anos na agrovila, dentre eles Genesino Catarino, Paulo Maranhão e Maria Serena, mineira.

No presente artigo não aparecem trechos das falas de todos os interlocutores, contudo o diálogo com eles foi fundamental para a construção da pesquisa e desse texto e compreender as dinâmicas sociais na ALDV na década de 1970, já que as reflexões e dados são construídos a partir das falas de interlocutores.

¹ Todos os nomes de interlocutores neste artigo são fictícios para preservar suas identidades. É mantido apenas o nome de Dom Erwin, Bispo Emérito do Xingu, por ser uma figura pública, o que não torna possível a utilização de nome fictício, ressaltando-se, contudo, que ele autorizou o uso de seu nome.

3 UM LUGAR PARA MORADIA, LAZER E TRABALHO

O Bispo Emérito da Diocese do Xingu, D. Erwin Kräutler², acompanhou o surgimento da agrovila e afirma que: “Na época, a única agrovila construída no lado leste da Transamazônica a partir de seu marco inaugural foi a Agrovila Leonardo D'Vinci”³. O bispo lembra que havia muitas pessoas chegando de todos os estados do Nordeste e Sul do país e que isto foi um fator complicador das relações, pois em sua visão, “quando as pessoas não se conhecem se estranham”. Segundo ele, as suas primeiras ações, então, foram no sentido de achar caminhos viáveis para tentar unir os moradores, de forma que a ideia principal foi constituir uma nucleação, além da criação de uma comunidade. A Nucleação de Comunidades é uma estratégia coletiva de ajuda a comunidades, integrada às ações de governo, tendo em vista treinamento para geração da renda, desenvolvimento de técnicas agrícolas e complementação alimentar; além disso, tem em vista estimular atividades desportivas, sociabilidade e dá apoio psicossocial.

O senhor Catarino conta que a escola da agrovila foi edificada logo após a construção do barracão onde ficava a COBAL, a poucos metros de onde atualmente é a sua casa. Sua esposa⁴ lembra também uma informação parcialmente desconhecida dos dirigentes atuais da escola, de que as primeiras professoras dessa escola foram contratadas pelo INCRA e tratava-se de duas freiras, cujos nomes eram: Francisca Zilmar Nobre Cardoso e Maria da Guia Nobre Cardoso.

Em parceria com esta escola, algumas manifestações de festas folclóricas eram realizadas anualmente pela Igreja Católica. Porém, tradições míticas ou lendárias parecem pouco expressivas na comunidade, contudo desde 1973 a festa de Nossa Senhora Aparecida era/é sempre realizada em outubro de cada ano. Na ocasião, as freiras da igreja local organizavam quermesses nas quais eram montadas barracas para venda de comidas, ao passo que durante a festa tocava-se forró e carimbó até raiar o sol⁵. Durante o dia até o ocaso o povo ficava livre para dançar e festejar, “eles dançavam a noite toda” diz dona Serena. Outra festa anualmente comemorada eram as

² Entrevista concedida pelo Bispo Dom Erwin Kräutler, em 17 de setembro de 2016. Bispo Prelado Emérito do Xingu, nasceu na Áustria. Após ordenação em 1965, chega ao Pará/Brasil, atuando em defesa dos direitos humanos e do meio ambiente possui diversos prêmios e menções honrosas nacionais e internacionais.

³ Anteriormente a agrovila era vinculada ao município de Souzel (atualmente, Senador José Porfírio).

⁴ Entrevista concedida por Maria Serena, em 17 de setembro de 2016.

⁵ Entrevista concedida por Maria Serena, em 17 de setembro de 2016.

festas juninas organizadas pela Escola D’Vinci, estas ocorriam num campo espaçoso no centro da vila, no mesmo local onde ficava a antiga escola e onde pessoas aproveitavam para socializar em jogos de vôlei, futebol entre outros esportes e brincadeiras. Enquanto umas brincavam, outras se preparavam para a festa⁶.

D. Erwin recorda que a primeira missa na agrovila foi celebrada por ele, ainda como padre, em 24 de junho de 1973. Quando perguntado a respeito das dificuldades dos moradores que procuraram se estabelecer na agrovila e arredores, declara: “Me lembro que andávamos quilômetros para enterrar defuntos, outros enterravam no quintal, no inverno as estradas eram intrafegáveis [...] os atendimentos médico e odontológico eram inexistentes [...] não havia infraestrutura alguma”⁷.

Lembra ainda que das pessoas que vieram nas primeiras levas, ao que chama de *Colonização Nordeste-Norte*, apenas uma pequena parcela permaneceu nas agrovilas, agrópolis e rurópolis, as demais ou “incharam” a cidade de Altamira ou foram embora para outro lugar, na maioria das vezes retornando a seus lugares de origem. Eles retornavam devido às dificuldades de adaptação à região amazônica, muito diferente de seus lugares de origem, bem como por em muitos casos ter ocorrido a demora no apoio oficial, o que levou os migrantes a se sentirem “abandonados” no meio da floresta”.

O que se seguiu foi um segundo movimento de colonização ao qual denomina de *Colonização Sul-Norte ou Centro-Norte*, que era composto de famílias dos estados do Paraná, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Recorda que estas famílias, diferentemente das nordestinas, possuíam um poder aquisitivo melhor e chegavam à região inicialmente de navio até o porto de Vitória do Xingu. Mas, devido a um acidente que vitimou dezenas de pessoas, os migrantes passaram a ser trazidos de avião, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pelos projetos de ocupação da Amazônia.

Uma das estratégias para este povoamento foi trazer do Nordeste famílias com muitos membros e, simultaneamente a isto, o bispo lembra que “ocorria a instalação de quartéis do exército em Altamira, Itaituba e Marabá”. Nesse ponto, D. Erwin adverte: “Tem que olhar o fundo [contexto] da questão [...]”⁸. Em sua concepção, os discursos eram pretextos, pois, na *política interna*, o objetivo era o de dar terra a quem não tinha, com isso

⁶ *Idem.*

⁷ Entrevista concedida pelo Bispo Dom Erwin Kräutler, em 17 de setembro de 2016.

⁸ Entrevista concedida pelo Bispo Dom Erwin Kräutler, em 17 de setembro de 2016.

evitava-se a proliferação de um cenário de violência e pressão fundiária, devido às tensas relações entre os agricultores que trabalhavam em terras que não lhes pertenciam e os fazendeiros na região nordestina.

Mas também havia muitos conflitos por terra no Sul do país, de forma que o foco nestas regiões impulsionava o processo da chamada “ocupação” da Amazônia e, ao mesmo tempo, intentava-se diminuir as pressões e conflitos no campo no Sul e no Nordeste Na *política externa* D. Erwin afirma que:

[...] o projeto era geopolítico, o fantasma de perder a Amazônia para os Americanos ou outro povo qualquer pairou sempre sobre os militares, é um absurdo, isso é contra tudo [...] questionei desde o início: o que é que se quis? Devemos lembrar que o plano era militar, havia uma maquiagem militar de distribuição de terra, *dois pontos*, reforma agrária, esta reforma agrária era entendida como mera distribuição de lotes de 100 ha para famílias (grifo nosso)⁹.

Martins de Souza e Souza (2021) apontam que o fato de o projeto não ter considerado as dificuldades de adaptação à região amazônica, bem como as distâncias entre agrovilas e lotes de terra, acarretou problemas sérios para os migrantes, pois o governo demonstra manter o foco da distribuição de terras sem um programa mais amplo de investimento que considerasse de forma mais abrangente outras variáveis como saúde, educação, relações de parentesco, deslocamento e transportes.

Importante pontuar que somente recebia terra quem tivesse família e de preferência numerosa, indivíduos sozinhos não recebiam lotes. Mas havia situações diferentes, como é o caso de Catarino, cujo primeiro filho nasceu ao se instalarem na ALDV, a esta altura ele já havia recebido lote e casa urbana. Vale frisar que, embora o governo dissesse estar realizando uma reforma agrária, o que existiu foi apenas uma distribuição de terra, pois uma reforma agrária deveria contemplar um amplo projeto de terras que considerasse demandas socioambientais e necessidades dos agricultores e suas famílias, como afirma Catarino:

Não havia infraestrutura, as pessoas desanimaram e foram embora, esperavam somente receber o título definitivo do lote e então vendiam para algum fazendeiro, por isso é que se vê hoje estas enormes propriedades de terra [...] a geografia era pra ser diferente, primeiro deveriam haver lotes de 100 hectares da faixa [A Rodovia Transamazônica] até certo ponto pra dentro, depois as glebas com 500 hectares e somente depois seriam as grandes fazendas [...]¹⁰.

⁹ *Idem.*

¹⁰ Entrevista concedida por Genesino Catarino, em 29 de agosto de 2016.

Outro aspecto questionado pelo bispo é quanto à crença de que o problema do Nordeste eram suas terras secas, mas isto, segundo ele, era apenas uma propaganda enganosa, pois “como dizia o bispo emérito da diocese de Afogados da Ingazeira (PE), D. Francisco Austregésilo de Mesquita Filho o problema do Nordeste não é a seca é a cerca”¹¹, ou seja, havia água em poços artesianos e açudes, mas o “povo pequeno” não tinha acesso, estes ficavam circunscritos nas áreas das grandes fazendas. Quando os nordestinos ouviram falar que havia terra e água em abundância, vieram rapidamente, mas faltavam outros ingredientes para fixá-los na terra. Ao que parece, as famílias do centro-sul só vieram em massa depois que viram com os próprios olhos aquilo que ao menos pelos noticiários parecia ser verdade, como relembra Catarino:

O povo do sul só veio pra cá por conta das propagandas que lançaram [o governo] na televisão, fizeram uma *pintura* [asfalto] no chão, que ia do aeroporto até o local da inauguração [aprox. 14 quilômetros] e jogaram isso na TV dizendo que tinha terra pra todos (lotes), asfalto e tudo mais, então o pessoal do sul se animou e veio pra cá¹².

A outra vertente da colonização da Transamazônica foi a *sulista*, esta empreendeu-se por meio de propagandas inverossímeis para atrair agricultores despossuídos de terras no Sul do Brasil, com objetivo semelhante aos elaborados para os do Nordeste, ou seja, povoar a Amazônia. O programa de colonização, por outro lado, intentava afastar as ameaças de conflitos entre sulistas rurais “pequenos” e sulistas rurais latifundiários, já que os sulistas que se deslocavam para a Amazônia eram, em geral, agricultores sem terras próprias ou com propriedades muito pequenas que dificultavam o desenvolvimento de suas atividades na região de origem e que em muitos casos se viam ameaçados pelos grandes proprietários do Sul (Martins de Souza, 2014). A população de D’Vinci era composta, portanto, de pessoas do Centro-Oeste, Sul e Nordeste do país.

Independentemente da época e contingente populacional que compunha a ALDV, sua *história* está muito ligada à cidade de Altamira desde o início da Transamazônica. Como a agrovila fica a apenas 18 quilômetros da cidade, movimentos populacionais em uma refletia na outra, mas quase sempre no sentido Altamira-agrovila. Em uma pesquisa realizada logo após a construção da Transamazônica, Fleming-Moran e Moran (1978) afirmam que muitas das famílias que desistiam da vida nas agrovilas próximas a Altamira se dirigiam para esta cidade e isto também aconteceu no sentido D’Vinci-Altamira.

¹¹ Entrevista concedida por Genesino Catarino, em 29 de agosto de 2016.

¹² *Idem*.

A Transamazônica se constituía em mais do que um projeto de colonização e ocupação da Amazônia, mas também em uma estratégia civilizatória da ditadura. Uma concepção euro, etno e urbanocêntrica que propunha através do urbanismo-rural baseada na imposição de uma forma de organização social para os migrantes na Amazônia. Segundo diversos moradores, após a seleção e instalação dos colonos, uma estratégia de “doutrinação”, “equalização”, “educação”, “apagamento dos vícios” e ensino de técnicas agrícolas seria aplicada, pela convivência, pelos sulistas (mesmo que não soubessem dessa tarefa) aos nordestinos, em tese, esse era o plano, pois, como afirmam Martins de Souza e Souza (2021), se partia do pressuposto etnocêntrico de que os sulistas seriam mais empreendedores e deveriam se constituir em modelo aos demais, segundo uma visão desenvolvimentista adotada pelo governo.

4 NO LOTE E NA AGROVILA

De maneira geral, o que ocorria é que a partir do momento em que o colono recebia seu lote rural e sua casa na agrovila, começava uma nova etapa de desafios em sua vida. Além das dificuldades próprias de lidar com o seu próprio desconhecimento na região amazônica, tais como pragas, severo clima tropical, animais selvagens e doenças, havia também fatores de ordem econômica e logística relacionados à produção, transporte e venda do que seria plantado e colhido e ainda conflitos entre os moradores.

Além disso, embora se diga que os colonos tenham recebido treinamento para o trabalho na agricultura, certamente para algumas circunstâncias muitos não estavam preparados, como afirma:

Aqui aconteceu assim, no primeiro ano eles [INCRA] trouxeram o arroz do Rio Grande do Sul que é plantado dentro d'água e davam pro colono, mas não dava certo pros colonos plantarem aqui, esse arroz é acostumado dentro d'água, pra plantar no seco secou tudo, não saía arroz de jeito nenhum, saía o cacho e secava [...] eu plantei só um saco e meio, aí como eu fui fazer casas no 46, no Brasil Novo, eu vi lá um arroz que um cara plantou e tava bonito, tudo madurinho, eu fui lá e combinei com ele assim, se você guardar dez sacos de arroz desse aqui, na época eu venho comprar, ele confiou na minha palavra e guardou onze sacos e meio de arroz pra mim, eu comprei por cinquenta cruzeiros cada saco, plantei tudo na minha primeira horta, deu quinhentos sacos de arroz¹³.

¹³ Entrevista concedida por Genesino Catarino, em 29 de agosto de 2016.

Para Catarino, “a terra era boa, o problema era a semente que não servia pra terra daqui [...] o povo espalhou boato que a terra era ruim, eu não tive esse problema, tá aí o cacau (*Theobroma cacao*) aí ó”¹⁴, referindo-se aos 270 pés dessa fruta plantadas em seu quintal. Não obstante a peculiaridade de suas experiências, é certo que de maneira geral havia problemas que dificultavam a produção agrícola dos colonos de D’Vinci.

Walker (1997), em seu estudo sobre a agricultura na Transamazônica, lista ainda outras dificuldades corroboradas nos depoimentos dos moradores, tais como: falta de conhecimento dos tipos de solo, - devido entre outros motivos a um treinamento superficial limitado ao modo de plantar/colher; tipos de semente inadequados ao tipo de terra e clima amazônicos, fornecidos pelo Incra; ineficiência no acompanhamento técnico dos plantios já realizados; estradas intrafegáveis que encareciam o transporte da produção; proliferação de pragas e doenças nas lavouras e nas pessoas.

Havia ainda um ineficiente e limitado atendimento de saúde na Transamazônica que em alguns casos poderia ser determinante, dado que num contexto em que a agricultura dependia em grande parte da força do trabalhador já muitas vezes enfraquecido pelas doenças, como muitos não obtinham atendimento médico adequado e dependiam muitas vezes do apoio social de diversas instituições, como a Casa de Irmã Serafina (Freitas; Miléo; Parente, 2021). Ao falar sobre o abandono de terras pelos moradores, Catarino considera que “acabava era o povo indo embora mesmo! Ia ficar aqui pra morrer?”¹⁵.

Esses fatores foram cruciais para gerar grandes dificuldades para a construção da agricultura na Transamazônica e, bem assim, na ALDV e seu entorno produtivo no período inicial de colonização e ainda por um período entre cinco e dez anos depois, como demonstram estudos encomendados pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) em 1997 (Walker *et al.*, 1997).

Além disso, as culturas que possuíam menor tempo de vida como as “hortaliças deveriam ser localizadas mais próximas dos centros consumidores” (Walker *et al.*, 1997, p. 84–85). Ocorreram então diversas desistências e abandonos por parte dos migrantes, sobretudo do Nordeste do país, devido às muitas dificuldades que enfrentavam. Os que persistiam em permanecer na agrovila depois da década de 1980, se reorientavam,

¹⁴ *Idem.*

¹⁵ *Idem.*

se adaptavam e sobreviviam como podiam, muitos se aplicavam no cultivo de hortaliças, raízes comestíveis, árvores frutíferas e criação de pequenos animais em seus quintais.

Segundo as falas de diversos moradores que migraram na década de 1970, as sementes e treinamentos agrícolas aplicados, além de insuficientes, eram também incompletos, temporários e inadequados à região. Quando não havia mais para onde recorrer só havia duas saídas: partir ou se endividar junto aos bancos, com os empréstimos para plantio e investimentos em suas propriedades, isto quando se conseguia tal proeza. Fora estas atividades, outras poucas alternativas foram surgindo conforme as oportunidades e necessidades apareciam, como declara Catarino:

O primeiro comércio depois da COBAL foi o meu [...] eu comprava no Gois¹⁶, o primeiro comércio era na sete [rua Sete de Setembro em Altamira], era o maior comércio que tinha na época, ele era de frente onde é a Gazim¹⁷ agora do outro lado rua, depois da CAIXA [Agência da Caixa Econômica Federal], eu comprava lá e vendia no meu comércio que era na frente da minha primeira casa na travessa.
[...]

Eu fui atrás de serviço no INCRA, não conseguia ficar parado, e eles me colocaram na equipe que ia construir as casas do D'Vinci. Quando a gente chegou aqui não tinha nada, só juquirá [mato denso], aí nos esperamos uma semana pro trator chegar e limpar a área, daí a primeira coisa que a gente fez foi um barracão bem grande¹⁸.

Como foi possível perceber, a trajetória dessa comunidade se entrelaça com a da Transamazônica em muitos pontos, uma vez que a vila teve seu surgimento e desenvolvimento intimamente ligados às estratégias gerais do governo para a rodovia. Assim, tanto na agrovila quanto em outros lugares espalhados pela BR-230, foi necessário um grande esforço por parte dos que decidiam ficar e enfrentar as dificuldades, como os *pioneiros* Catarino e Maranhão.

As atividades de Catarino e Maranhão se aproximam das conclusões da pesquisa de Fleming-Moran e Moran (1978) sobre a ALDV de que progressivamente na agrovila, planejada para desenvolver de forma equilibrada e autônoma, se exacerbaram as desigualdades já existentes entre os moradores, relegando muitos à condição de sobrevivência com subempregos em terras alheias, ao invés de realizar suas próprias produções.

¹⁶ Um comércio de alimentos e outros produtos para o lar no atacado em Altamira, que permanece atualmente em funcionamento.

¹⁷ Um comércio de móveis e eletrodomésticos que funciona no centro de Altamira.

¹⁸ Entrevista concedida por Genesino Catarino, em 1º de setembro de 2016.

5 PROMESSAS, PROJETOS, DESISTÊNCIAS E ABANDONOS

Diante das muitas dificuldades enfrentadas, muitos moradores não conseguiram permanecer na agrovila e foram embora após vender seus lotes rurais e seus lotes e casas urbanas, principalmente para alguns de seus vizinhos que chegaram com mais recursos oriundos sobretudo da venda pequenas propriedades ao Sul do país, isto quando simplesmente não abandonavam tudo, pois, como disse Maranhão: “até 1981 era facinho conseguir uma casa aqui era só ter família, tinha várias (casas) sem gente dentro, quando o cabra tinha família o INCRA dava se num tinha não dava”¹⁹.

Interessante notar a concepção dos três mais antigos moradores da agrovila em relação à partida dos que desistiam: “[...] muita gente foi embora ficou poucos, venderam os lotes, porque o sem-terra não quer terra, ele quer lote pra vender pro fazendeiro, venderam tudo de graça e foram embora”²⁰; “[...] se eu fosse outro eu também tinha ido embora, mas eu num tinha medo de trabalho duro e nem de mosquito não sinhô”²¹; “o governo fez a parte dele, nós agora devia fazer a nossa parte né mesmo?”²².

Essa visão conservadora e um pouco mais alinhada com os discursos oficiais do período ignora as dificuldades enfrentadas pelos migrantes e passa a definir inclusive as desigualdades a partir da lógica mercantil, como se o abandono da Transamazônica fosse simplesmente explicado pelas relações comerciais relativas ao valor da terra. Esta fala estigmatiza os que foram obrigados a partir de volta a seus lugares de origem, para exaltar a si próprios como os migrantes com “mais coragem e honestidade”, colocando de lado qualquer tentativa mais contextual de compreensão dos dramas sociais.

Os interlocutores acreditam que o governo “cumpriu sua parte”, não tendo culpa, portanto, nos problemas decorrentes do processo de colonização, e apontam para uma espécie de fraqueza dos que partiram. Por outro lado, Fleming-Moran e Moran (1978) argumentam que havia uma realidade tão desfavorável aos migrantes, que fazia com que muitos desanimassem e desistissem, em alguns casos vendendo suas propriedades para fazendeiros locais, por valores abaixo do mercado.

Os colonos recebiam simultaneamente com o lote rural, uma casa construída na vila. Segundo Lessio (2013), nesses lotes estavam previstos espaços para horta, pomar e criação de animais de pequeno porte e que:

¹⁹ Entrevista concedida por Paulo Maranhão, em 23 de setembro de 2016.

²⁰ Entrevista concedida por Genesino Catarino, em 1º de setembro de 2016.

²¹ Entrevista concedida por José Manso, em 10 de setembro de 2016.

²² Entrevista concedida por Paulo Maranhão, em 23 de setembro de 2016.

O modelo de organização do urbanismo rural previa que com o desenvolvimento das atividades nos lotes produtivos [...] a produção para subsistência deixaria de ser necessária, pois seria mais barato comprar os itens para a alimentação da família do que produzi-los em pequena escala (Lessio, 2013, p. 40).

Estes lotes urbanos podiam variar de 500 m² a 3.000 m², as casas, por sua vez, eram feitas de madeira (cujas medidas eram: 6m frente por 11m ou 12m de profundidade) com tábuas sobrepostas horizontalmente ou no dizer dos moradores: “escamadas”. Seu telhado era de amianto, assoalho separado do chão, cujas primeiras e únicas na ALDV foram separadas em três conjuntos de dezoito casas, cada conjunto, dependendo do conjunto em que estava localizada a casa suas portas e janelas eram pintadas nas cores verde, amarelo ou azul. Os nomes das ruas eram dados em função da cor dessas portas e janelas, assim havia a rua verde, rua amarela e rua azul.

Figura 3 – Casa do INCRA, localizada na Rua Amarela na ALDV



Fonte: Acervo dos autores.

Até setembro de 2016, mês da coleta da imagem acima, a casa se encontrava fechada, assim como outras duas do mesmo modelo, há alguns anos, conforme informações da vizinhança. Estas três ruas somadas a mais seis travessas e uma vicinal, perfaziam o total de logradouros da vila. Nelas havia alguns postes de transmissão de energia elétrica e em alguns destes também havia iluminação, contudo, a energia funcionava somente entre 18h e 22h aproximadamente já que era gerada por motor a diesel. O imóvel tornou-se residência de uma família desde que fora desativada

após a chegada de energia elétrica proveniente de Linhas de Transmissão da cidade de Tucuruí, no Pará, em 15 de junho de 1998. Segundo um morador, a água era encanada até as casas dos moradores e com qualidade para o consumo, oriunda de um poço artesiano construído pelo INCRA. Quando questionados a respeito do destino do lixo doméstico, a resposta uniforme dos entrevistados era a de que os resíduos eram queimados no quintal.

O quintal era um local de muitas atividades e utilidades para os moradores, dado que ele era o espaço em que geralmente se localizava uma fossa²³ onde eram depositados os dejetos sanitários, já que não havia coleta pública de lixo. Nesse mesmo quintal eram plantadas culturas de subsistência, assim como eram criados pequenos animais para consumo familiar. O que separava uma propriedade da outra eram cercas de arame farpado, todavia estas eram apenas para evitar que as criações fugissem.

6 REINVENTANDO O COTIDIANO NA ALDV

Para Certeau (2008), a vida cotidiana de uma comunidade, seja um bairro, uma agrovila ou equivalente, se organiza por meio da articulação de pelo menos duas dimensões: os comportamentos e os benefícios simbólicos. Os comportamentos se manifestam nos contatos interpessoais, nos modos de vestir, nos códigos de cortesia, bem como nos espaços em que frequenta ou se ausenta. Os benefícios simbólicos se traduzem nas expectativas do que se pretende auferir por conta dessa ou daquela maneira de se comportar no interior dessa comunidade. Desse modo, a vida cotidiana, nesses termos, se apresenta como uma espécie de convenção coletiva tácita historicamente construída em prol de benefícios simbólicos. Para tanto, os indivíduos se valem na coletividade de estratégias que embora racionais, não chegam a ser sistematizadas e se imbricam na produção, uso e formalidades sociais.

Esta, contudo, era uma estratégia civilizatória, presente nas políticas implementadas pelo governo. A preocupação da ditadura não era somente a de transferir populações e diminuir ou controlar os conflitos no campo em outras regiões, mas construir práticas econômicas coladas a ideia de sociabilização como instrumento civilizador, que ignora desejos subjetivos e práticas culturais, visando criar uma ideia de coletividade “inventada”, já que as trajetórias e origens dos migrantes eram muito diferentes entre si.

²³ Longe de ser uma fossa séptica moderna com separações para purificação e despejo no sistema de coleta de esgoto público era apenas um buraco lacrado no qual eram despejados os dejetos residenciais.

Mas, esta dimensão existente na vila não alcançava os lotes rurais. A partir dos relatos dos moradores, se percebe que ocorreu um fenômeno de separação social entre colonos que tinham seus lotes rurais próximos à vila e os que moravam mais afastados estava ocorrendo já desde os primeiros meses após o assentamento deles. Por força de um cotidiano logisticamente imposto àquelas pessoas e ainda devido à distância, estradas intrafegáveis e falta de transporte, as pessoas que moravam mais para dentro dos travessões²⁴ e, portanto, mais distantes da vila passaram a ir cada vez menos a ela, embora também possuíssem uma casa na vila. Com isto uma diferenciação nos hábitos de contato com a natureza e mesmo alimentação foram se aprofundando.

As pessoas que moravam no fundo dos travessões saíam pouco de lá, a não ser para fazer compras, resolver alguma questão de saúde ou muito raramente visitar algum parente, ou amigo na vila e aproveitar para participar da missa. Uma declaração que confirma o grau de dificuldade de deslocamento é do senhor Maranhão que mesmo tendo chegado dez anos depois dos primeiros moradores, conta que apenas uma vez por mês ou menos se dirigiam a Altamira para fazer compras e que “todas às vezes era sofrido”, devido o aperto nos veículos de transporte²⁵, calor, poeira, solavancos e distância da estrada até sua casa (o ônibus não entrava na agrovila)²⁶; se para ele que morava na agrovila era difícil o que dizer dos que moravam ainda mais distante, ou seja, nas “profundezas” das vicinais?

Em função dessas questões estes colonos acabaram construindo suas casas nos lotes rurais e lá permaneciam isolados por meses, assim tinham um contato mais próximo com o meio ambiente e até suas criações iam além de porco, galinhas e patos que eram criados nos lotes urbanos da vila. A caça de pacas, antas, tatus e outros animais selvagens tornou-se um hábito, enquanto para os que tinham seus lotes avizinados à Comunidade D’Vinci era algo que mais e mais se tornava distante de seu cotidiano, o que explica o relato de Maranhão ao declarar: “nós vez ou outra comprava dos colono dos travessão umas caça”²⁷. Nota-se nessa declaração uma clara distinção de categoria feita pelos próprios moradores, ou seja, para eles

²⁴ Travessões eram as estradas vicinais que atravessavam a Transamazônica de forma perpendicular. Nos travessões foram implementados boa parte dos lotes da colonização oficial.

²⁵ Algumas vezes se deslocavam de carona, outras de ônibus, mas a maneira habitual era do chamado “Pau de Arara” que consiste em um caminhão ou caminhonete adaptado (na carroceria) para carregar passageiros.

²⁶ Entrevista concedida por Paulo Maranhão, em 23 de setembro de 2016.

²⁷ *Idem*.

havia os moradores da vila e os colonos do travessão. Esse é um cenário de conflitos e de hierarquização da sociedade a partir da reinvenção das lógicas sociais. A categorização demarca a estigmatização, pois as falas dos interlocutores indicam que os moradores da vila se consideravam superiores aos que residiam no travessão.

Num cenário como este, os moradores conversavam à porta de suas casas mesmo após escurecer, como narra Serena, que, segundo ela mesma declara (e seu esposo confirma), não gostava de sair muito, por isso ficava sentada na frente de sua casa a observar o movimento das pessoas nas ruas, ela conta que não havia praças de lazer, mas ao menos um jogo de futebol em campos improvisados era possível avistar ao cair da tarde. Outros, como seu marido, aliavam a este cenário um rádio “ao pé do ouvido” que dava as notícias de Belém e transmitia o programa evangélico “A Voz do Cenáculo” da instituição religiosa a qual ele se declara membro, a “Igreja Adventista da Promessa”²⁸.

Este parece ter sido o cenário mais regular do cotidiano da vila por um bom tempo, é claro que não foram esquecidas todas as dificuldades que estes moradores enfrentaram na chegada à região, mas não se deve perder de vista que passados os primeiros anos, os que permaneceram reinventaram seus modos de vida. Não são características individuais que definem a permanência, mas o apoio da família extensa daqueles que vieram em grupos maiores e contavam com uma rede de apoio e sociabilidade, bem como de muitos que já possuíam recursos próprios que serviram para ampliar suas possibilidades econômicas, diversificação de atividades e sustento do grupo doméstico.

Ao que tudo indica, os intentos do governo militar, como afirma Rego (2020), de fazer com que houvesse uma influência cultural dos sulistas sobre os nordestinos nunca se concretizou. Havia rivalidades, disputas por terras, bem como etnocentrismo com os nordestinos, o que levava esta iniciativa a ser equivocada desde sua origem, pois não devia se tratar de influência cultural, e sim a implementação de políticas efetivas que possibilitassem uma vida adequada para todas as pessoas e que pudessem vivenciar suas práticas culturais na construção de sociabilidades e trocas interculturais e não como uma forma de submissão dos migrantes de uma região pelos de outra.

²⁸ Entrevista concedida por Maria Serena, em 05 de setembro de 2016.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paulo Freire defende que “Temos de saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos” (Freire, 1978, p. 18). Aplicando essa assertiva aos grupos sociais da ALDV, buscou-se compreender neste artigo quem foram os *leodavincianos* e como reinventam seu cotidiano na agrovila diante das mudanças abruptas em suas vidas, com o deslocamento de suas regiões de origem para a Amazônia.

Em meio às dificuldades já problematizadas neste artigo e que levaram à expulsão de muitas famílias que chegaram na década de 1970, as que permaneceram encontraram nas redes de sociabilidade o apoio necessário para enfrentar os desafios que se avolumavam, pois havia uma distância entre o planejado e o prometido e o que vivenciaram na prática, no cotidiano na ALDV. Muitos desistiram de suas casas e de seus sonhos de uma vida melhor na Transamazônica, pois não se desenhava uma vida melhor em seus horizontes na região amazônica, mas uma série de dificuldades e impossibilidades econômicas, afetivas e muitas vezes sem contar com uma rede extensa de parentes e amigos que lhes servissem de apoio e incentivo para permanecerem.

Para os moradores a ALDV não era apenas o sonho de uma vida melhor com terra própria para cultivar, mas também o lugar de moradia de encontro com os vizinhos, de brincadeiras, de conversas e de enfrentamento das muitas dificuldades que vivenciaram. Eles tinham de se deslocar entre lote e agrovila, sofrer preconceito, não contar com o apoio mais amplo de políticas de reforma agrária e proteger seus familiares, principalmente as crianças.

A reforma agrária não tinha um sentido prático nas vidas dos migrantes que se estabeleceram na ALDV, pois o governo distribuiu terras, mas não implementou amplas políticas sociais que possibilitassem o desenvolvimento de atividades econômicas e também o fortalecimento das relações sociais no novo espaço, pois o sonho de uma vida melhor, muitas vezes virou o pesadelo para aqueles que foram abandonados em uma região distante de seus lugares de origem e em uma realidade diferente.

Mesmo com as dificuldades, as desigualdades na ALDV, com recursos diferentes para os moradores, com visões e políticas diferentes para sulistas e nordestinos, com estereótipos, a agrovila continua existindo e trazendo possibilidades de vida para seus moradores, muitos dos quais chegaram na década de 1970 ou que descendem destes pioneiros.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, A. F. O bom e velho desenvolvimentismo. **Teoria e Debate**, São Paulo, 17 maio 2013. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2013/05/17/%EF%BB%BFo-bom-e-velho-desenvolvimentismo/>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. 1. ed. Tradução John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. 7. ed. Tradução Efraim Alves. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FLEMING-MORAN, M.; MORAN, E. F. O Surgimento de classes sociais numa sociedade planejada para ser igualitária. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 69, p. 1-38, 1978.
- FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FREITAS, L. G.; MILÉO, I. S. O.; PARENTE, F. A. As ações sociais da Irmã Serafina Cinque na Transamazônica (1970-1979) e as aproximações teóricas de Paul Ricoeur sobre o sentido de esperança. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 34, n. 55, p. 99-112, dez. 2021. Disponível em <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/6467>. Acesso em: 09 dez. 2021.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. 1. ed. Tradução Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 1. ed. Tradução Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HERRERA, J. A. Resistência e Conflitos Sociais na Amazônia Paraense: a luta contra o empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte. 2013. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 8, n. 16, p. 130-151, ago. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19861>. Acesso em: 25 ago. 2018.
- IANNI, O. **Capitalismo, violência e terrorismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- LESSIO, T. L. **Leonardo da Vinci, Pará: um olhar sobre a ocupação territorial na rodovia Transamazônica**. 2013. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MAIA, R. E. F.; CASTRO, R. R. A.; GUERRA, G.A.D. A Transamazônica a partir da narrativa de uma família camponesa migrante. 2021. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 34, n. 55, p. 39-53. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/6408>. Acesso em: 09 dez. 2021.

MARTINS DE SOUZA, C. Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica. **Revista Contemporânea**, Niterói, v. 1, p. 1-19, 2014. Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/5_Ditadura_grandes_projetos_e_colonizacao_no_cotidiano_da_Transamazonica.pdf. Acesso em: 01 out. 2016.

MARTINS DE SOUZA, C.; SOUZA, M. C. O. B. Entre esperanças e desafios: os nordestinos na colonização da Transamazônica na década de 1970. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 34, n. 55, p. 99-112, dez. 2021. Disponível em <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/6363>. Acesso em: 08 dez. 2021.

PORTELLI, A. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Niterói, v. 1. n. 2, p. 58-72, dez. 1996. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=30>. Acesso em: 1 out. 2016.

REGO, R. L. Arquitetura e urbanismo na Transamazônica: entre o real, o imaginário e o utópico. **Nova Revista Amazônica**, Bragança, PA, v. 8, n. 1, p. 45-60, jan./abr. 2020. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/8620> Acesso em: 10 dez. 2021.

REIS, J. F. G.; NASCIMENTO, D. M. Grandes Projetos na Amazônia: a Hidrelétrica de Belo Monte e seus efeitos sobre os acidentes de trânsito. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 14, p. 317-348, maio/ago. 2018.

WALKER, R. T. *et. al.* **As contradições do processo de desenvolvimento agrícola na Transamazônica**. 1. ed. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1997.